

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

NOTA TÉCNICA

Dinte

Nº 74

Diretoria de Estudos Internacionais

AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: UMAVISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024

Autor:	Antonio Lassance Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria Internacional do Ipea.
Produto editorial:	Nota Técnica
Cidade:	Brasília/DF
Editora:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano:	2024
Edição:	1ª
DOI:	http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte74-expressa

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO:
UMA VISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE
NOVEMBRO DE 2024**

SINOPSE

Esta Nota Técnica atualiza, para o mês de novembro, a prospecção feita anteriormente para o calendário de eventos e análise das agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024 (Texto para Discussão nº 1312, 2024). Ao final, é feita uma análise que ressalta as agendas de maior destaque no mês.

A reunião de cúpula dos países do Grupo dos Vinte (G20) é o grande destaque do mês. O presidente da China, Xi Jinping, visita o país para assinar acordos comerciais e diplomáticos. O Congresso busca aprovar novas regras para reverter o bloqueio das "emendas pix" determinado pelo Supremo Tribunal Federal. O Governo deve apresentar seu detalhamento da política de cortes de gastos e de regulação das apostas online (*bets*). A Petrobras lança o novo plano de negócios que redefine a estratégia da Companhia. A saúde tem dois eventos que põem em cena a questão do impacto da desinformação na cobertura vacinal: a substituição da vacina de tipo oral pela versão injetável e a visita de comissão da Organização Mundial de Saúde que pode atestar o status do Brasil como país livre do sarampo. Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal avança na regulação judicial para proibir a disseminação de conteúdo criminoso nas redes sociais.

Palavra-chave: formação de agenda; mapeamento de atores; análise de políticas públicas; instituições políticas; 2024.

JEL: Z18; D72; H83.

ABSTRACT

This Technical Note updates the forecast of the calendar of events and political-institutional agendas of the Brazilian State for November, 2024, previously outlined in the Discussion Paper No. 1312, 2024. At the end of the Note, the analysis highlights the most significant agendas for the month.

The summit of the Group of 20 countries (G20) is the major highlight of the month. Chinese President Xi Jinping is visiting Brazil to sign trade and diplomatic agreements. Congress is working to approve new regulations to reverse the blocking of "pix amendments" mandated by the Supreme Federal Court. The government is expected to present details of its spending policy to balance the federal budget and the regulation of online betting. Petrobras is set to release a new business plan to redefine the company's strategy. In health policy, there are two key events addressing the impact of misinformation on vaccination coverage: the transition from the oral vaccine to the injectable version and a visit from a World Health Organization committee that may confirm the status of Brazil as a country free of measles. Additionally, the Supreme Federal Court is moving forward with judicial regulations to prohibit the dissemination of criminal content on social media.

Keywords: Agenda-setting; actor mapping; policy analysis; political institutions; 2024.

JEL: H11; Z18; D72; H83.

SUMÁRIO

SINOPSE	4
ABSTRACT	5
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CALENDÁRIO: NOVEMBRO DE 2024.....	9
3 DESTAQUES.....	16
ANEXO 1	18
ANEXO 2	38
ANEXO 3	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho atualiza, para o mês de novembro, o levantamento que anteriormente antecipou o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024 (Lassance, 2024a, 2024b e 2024c). A Nota traz, além desta introdução, a prospecção do calendário de eventos para o próximo mês, a maioria deles com datas precisas indicadas. Ao final, uma breve análise destaca as agendas que, ao longo do ano, se consolidam como as mais proeminentes. São destaques para o próximo mês:

- A reunião de cúpula dos países do Grupo dos Vinte (G20)¹;
- A visita ao Brasil do presidente da China, Xi Jinping.
- A movimentação do Congresso para aprovar novas regras para reverter o bloqueio das "emendas pix", determinado pelo Supremo Tribunal Federal;
- O detalhamento da política de cortes de gastos e de regulação das bets;
- A regulação judicial do Supremo para proibir a disseminação de conteúdo criminoso nas redes sociais;
- Na saúde, os dois eventos que põem em cena a questão do impacto da desinformação na cobertura vacinal: a substituição da vacina contra a poliomielite de tipo oral pela injetável (o que traz desafios não triviais de orientação social e combate às *fake news*) e a visita de comissão de verificação da Organização Mundial de Saúde que pode atestar o status do Brasil para país livre do sarampo.
- O novo plano de negócios da Petrobras, que consolida o fim da estratégia de desinvestimento que marcou o período de 2016 a 2022.

A teoria e metodologia que fundamentam este estudo estão expostas no Texto para Discussão 3011 (Lassance, 2024a). Por sua vez, o Texto para Discussão 3012 (Lassance, 2024b), elaborado em dezembro e janeiro de 2023, publicado em junho deste ano, apresentou um calendário de eventos previstos até o final deste ano, agora revisado e atualizado por notas técnicas de cada mês. Por fim, o Texto para Discussão 3013 (Lassance, 2024c) apresentou a

1

O Grupo dos Vinte reúne vinte países, além da União Europeia e União Africana, e agrega cerca de dois terços da população mundial, além de responder por 85% do PIB global e 75% do comércio internacional.

análise dessas agendas de políticas públicas prospectadas para o ano de 2024.

O trabalho se destina a dirigentes e gestores dos três Poderes e também a organizações civis interessadas em uma visão antecipatória do calendário político-institucional e das agendas de políticas públicas impulsionadas por organizações e atores do Estado e da sociedade civil.

Ressalte-se o alerta, conforme explicado no Texto para Discussão 3012:

"Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências—essas sim, imprevisíveis—, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho." (Lassance, 2024b, p. 5).²

2

Este levantamento foi realizado e entregue para publicação entre os dias 3 a 28 de outubro de 2024.

2 CALENDÁRIO: NOVEMBRO DE 2024

Data - Evento

1º

- Encerra-se a 16ª edição da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP-16), em Cali, na Colômbia.
- A Caixa Econômica Federal passa a adotar novas regras para a concessão de crédito para a aquisição de imóveis pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O financiamento passa a reduzir o valor máximo de imóveis financiáveis a R\$ 1,5 milhão, em qualquer modalidade de financiamento, e a exigir entrada de 30% do valor do imóvel. Até então, esse valor era de 20% no sistema de amortização constante e, para o de parcelas fixas, de 30%, sendo que neste a entrada subirá para 50%.
- Reunião do grupo de trabalho ministerial do G20 sobre Redução do Risco de Desastres, em Belém-PA (dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro).
- IBGE divulga Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil. Período de referência: 9/2024.

2

- Concurso Público Nacional Unificado abre prazo (dias 2 e 3) para que as pessoas autodeclaradas negras se apresentem à comissão de heteroidentificação, para a confirmação da adequação de perfil de cada postulante à vaga com reserva para cota racial (20% das vagas).

3

- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024 (1ª fase).
- O Brasil recebe a Comissão Regional de Monitoramento e Verificação da Eliminação do Sarampo, da Rubéola e Síndrome da Rubéola Congênita nas Américas. A Comissão é um órgão criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

4

- A partir desta data, o Ministério da Saúde substitui a vacina contra a poliomielite de tipo oral (a gotinha que inspirou o próprio personagem Zé Gotinha) pela versão injetável. A Vacina Oral Poliomielite (VOP) exigia quatro doses, aos 2, 4, 6 e 15 meses—esta última, a dose de reforço. Com a versão inativada do imunizante, bastará uma única dose.

- O Supremo Tribunal Federal realiza nova audiência de conciliação sobre a Lei do Marco Temporal das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

5

- O ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, realiza audiência pública para discutir a ação que questiona as regras do Convênio 100/1997, do Conselho Nacional de Política Fazendária, que concede desoneração de tributação sobre agrotóxicos. Os produtos têm até 60% de redução na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços e, em alguns casos, alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (dias 5 e 6). Na reunião anterior, o Comitê anunciou a retomada de um ciclo gradual de elevação da taxa básica de juros.

6

- 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamntos de países do G20. O encontro inclui também representantes do Parlamento Europeu e da União Africana e terá lugar em Brasília, no Congresso Nacional (dias 6 a 8).

7

- IBGE divulga Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional. Período de referência: 9/2024.

8

- 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal (dias 8 a 10).
- O Supremo Tribunal Federal retoma o julgamento sobre a legalidade do uso da Taxa Referencial para a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- Reunião do grupo de trabalho ministerial de cultura do G20, em Salvador - BA.
- IBGE divulga o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Período de referência: 10/2024; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Período de referência: 10/2024; indicadores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. Período de referência: 10/2024; e dados do Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas: Resultados do universo.

10

- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024 (2a fase).
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou interesse em participar da reunião de cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Lima, Peru (dias 10 a 16).

11

- 29a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), na cidade de Baku, no Azerbaijão (dias 11 a 22).
- O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, realiza audiência pública sobre os jogos de apostas online e seus impactos sociais e econômicos no Brasil.

12

- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Comércio. Período de referência: 9/2024, e Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha: Primeiros resultados. Período de referência: 7/2024 a 9/2024.

13

- Prazo final da consulta pública para a Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima. O documento vai revisar o Plano Nacional de Adaptação, lançado em 2016.
- IBGE divulga Pesquisa Mensal de Serviços. Período de referência: 9/2024.

14

- Cúpula Social do G20 reúne movimentos sociais.
- IBGE divulga Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Período de referência: 10/2024; Pesquisa de Estoques. Período de referência: 1/2024 a 6/2024; Prognóstico da Safra (1º Prognóstico). Período de referência: 2025; Censo Demográfico 2022: Agregados por Setores Censitários: Resultados do universo; Censo Demográfico 2022: Malha de Setores Censitários; dados do Censo Demográfico 2022: Trajetos dos Recenseadores.

18

- Cúpula de Líderes dos países do G20 (dias 18 e 19).
- O Ministério da Cultura realiza oficinas em capitais com representantes de governos estaduais e municipais e da sociedade civil para discutir a proposta de um novo Plano Nacional de Cultura (PNC). Boa Vista (RR) e Palmas (TO) terão oficinas nos dias 18 e 19. Em Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS), dias 22 e 23; Cuiabá (MT), 28 e 29; e Belo

Horizonte (MG), dias 29 e 30.

20

- Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A data traz consigo a discussão sobre os avanços e desafios da política de igualdade racial.
- O presidente da China, Xi Jinping, em visita ao Brasil, vai a Brasília para se reunir com o presidente da República e anunciar acordos diplomáticos e investimentos no país.

21

- Fundação Cesgranrio divulga os resultados finais do Concurso Público Nacional Unificado, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- Visita ao Brasil do Xequê Mohammed bin Zayed Al Nahyan, dos Emirados Árabes Unidos. O país completa 50 anos de relações diplomáticas com o Brasil, este ano.

22

- O Governo publica o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. O relatório aponta as estimativas de contingenciamento ou bloqueio orçamentário, quando necessárias ao cumprimento da meta fiscal estabelecida para cada exercício. O documento é produzido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
- IBGE divulga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Período de referência: 7/2024 a 9/2024.

26

- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15. Período de referência: 11/2024.

27

- Supremo Tribunal Federal julga ações que definem o grau de responsabilidade de provedores de internet e aplicativos de mensagem na não remoção de conteúdos ofensivos aos direitos da pessoa ou pelo crime de incitação ao ódio e desinformação, em situações em que não haja expressa determinação judicial.
- IBGE divulga Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil. Período de referência: 2023.

28

- IBGE divulga Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação.

Período de referência: 10/2024, e Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Suplemento de saneamento 2023: Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais.

29

- Os manicômios judiciais que ainda não foram fechados têm até esta data para fazê-lo. As pessoas custodiadas devem ser transferidas para Centros de Atenção Psicossocial (CAPs). A decisão é do Conselho Nacional de Justiça, nos marcos da política antimanicomial.
- IBGE divulga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal. Período de referência: 10/2024.

30

- O Brasil encerra sua presidência do G20. A partir de dezembro, a África do Sul assume essa função.
- A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básica (ANA) apontou a continuidade da situação crítica de escassez hídrica, até essa data, nas regiões ribeirinhas banhadas pelo rio Xingu e seu afluente, o Iriri. Comunidades indígenas são as mais afetadas nas três Reservas Extrativistas dessa área, pois sobrevivem da pesca.

Ao longo do mês

- Esperam-se desdobramentos da discussão sobre a regulação das apostas online (*bets*). Questões como a publicidade e os gastos de famílias de baixa renda, além das questões de saúde mental (vício em apostas), foram suscitadas desde então. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) criou um Grupo de Trabalho e apresentou, em reunião com o presidente da República (dia 3 de outubro), as linhas gerais de uma possível proposta para o bloqueio futuro desse tipo de gasto pelo cartão do Bolsa Família.
- Outra agenda que aguarda desdobramento é a da eficiência das agências reguladoras, cuja atuação foi questionada, mais recentemente, em função do episódio do apagão ocorrido na cidade de São Paulo e região metropolitana da capital, em outubro.
- Aguarda-se também para o mês o detalhamento da proposta de cortes de gastos, conforme sinalizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda.
- O Governo Federal deve lançar o Desenrola Rural, programa para a regularização das dívidas de agricultores. O público prioritário é o de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e demais agricultores familiares cuja renda bruta anual é de até R\$ 50 mil. A regularização é importante para que agricultores inscritos na Dívida Ativa da União possam voltar a receber recursos do Pronaf. Parte dos agricultores está inadimplente em decorrência de desastres como queimadas e enchentes ocorridas neste ano.
- Novo plano de negócios da Petrobras deve ser divulgado. O plano define a estratégia da empresa, sinaliza prioridades da alocação de investimentos.
- A Agência Nacional de Energia Elétrica anunciou o retorno da bandeira tarifária amarela para o mês, em virtude da recuperação parcial do volume de água dos reservatórios, dado o início do período de chuvas.
- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve realizar visita à Europa, no início do mês, com a agenda da atração de investimentos, com especial destaque aos projetos da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica. A agenda pode também servir para articular alguns dos anúncios a serem feitos na reunião de cúpula do G20.
- O Congresso deve aprovar projeto de lei instituindo regras de transparência para emendas individuais (vulgo "emendas pix"), em atendimento à determinação do STF por dotá-las

de transparência e rastreabilidade.

- A Câmara dos Deputados discute, em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar 121/24, do Senado, para revisar os termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados).
- O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pode instalar a comissão especial destinada a analisar a proposta de emenda à Constituição PEC limita os poderes de decisão monocrática de ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive dispondo sobre poderes de revogação dessas decisões de caráter liminar.
- Comissão de Constituição e Justiça do Senado realiza audiências públicas e sessões temáticas no Plenário sobre a reforma tributária. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deve decidir se, além dessa Comissão, o projeto deve também ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos, o que dilataria os prazos para a aprovação da reforma. O presidente do Senado assumiu o compromisso de votar o texto final do Senado, com a regulamentação da reforma, até dezembro. A matéria volta a ser apreciada pela Câmara dos Deputados, portanto, em 2025.
- O Senado tenta aprovar projeto de regulação do mercado de carbono antes da Cop29 (dias 11 a 22).

3 DESTAQUES

G20 é o grande tema de destaque do mês

O G20 é o grande tema de destaque do mês, no âmbito do Governo Federal e da imagem do Brasil no exterior. Os três temas prioritários definidos pela presidência brasileira do Grupo foram o combate à fome e à desigualdade; sustentabilidade, mudanças do clima e transição justa; e reforma da governança global.

O Brasil concentrou-se na defesa das agendas da taxação dos super-ricos; no envolvimento dos ministérios de economia e bancos centrais na montagem de uma arquitetura de financiamento à transição ecológica para reverter a atual emergência climática; e na proposição de um rol de políticas públicas de combate à fome e à miséria a serem financiadas com um incremento dos projetos de cooperação internacional geridos pelas instituições financeiras internacionais.

No Senado, o projeto de regulação do mercado de carbono prevê as modalidades de mercado regulado ou voluntário. No mercado regulado, empresas que mais poluem precisam comprar créditos das que menos poluem. No mercado voluntário, as empresas podem comprar créditos de projetos que protegem o meio ambiente, como reflorestamento e proteção a áreas preservadas. O governo brasileiro poderá oferecer créditos para áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas. A regulação do mercado é considerada crucial tanto para a redução das emissões de gases do efeito estufa quanto para a proteção do patrimônio natural e das comunidades que o preservam, em contraponto às atividades de natureza predatória.

Eventos globais relevantes, como a 16ª edição da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP-16) e a 29a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), demonstram, ao mesmo tempo, importância, a dificuldade e a demora em se conseguir avanços em uma das questões centrais dessa agenda, a do financiamento para a reversão do aquecimento global.

Em paralelo, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sua visita a Nova York, em setembro (para participar da reunião da Assembleia Geral da ONU) (Lassance, 2024d), propôs que, durante a Cúpula do G20, houvesse a assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

Acordos comerciais com a China

O presidente da China, Xi Jinping, visita o país para assinar acordos comerciais e diplomáticos que se relacionam à agenda do G20, mas, principalmente, definem o grau de envolvimento do Brasil com a estratégia chinesa conhecida como nova rota da seda.

Congresso tenta reverter bloqueio das "emendas pix"

O Congresso Nacional corre contra o tempo para aprovar projeto com regras de transparência na destinação das emendas individuais, atendendo à determinação do ministro do STF, Flávio Dino. O projeto é necessário para que as emendas possam ser plenamente transparentes e rastreáveis, de modo a saber a qual gasto e beneficiário estão ligadas. Esse é o requisito para serem consideradas constitucionais e para que voltem a ser executadas ainda este ano.

Detalhamento da política de cortes de gastos

Aguarda-se para o mês o detalhamento da proposta de cortes de gastos, conforme sinalizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda. Em entrevistas, os ministros (Haddad e Tebet) cogitaram o envio de projeto ao Congresso para o bloqueio de supersalários; além de medidas legislativas e administrativas de revisão dos gastos com benefícios como o seguro-desemprego, abono salarial, Benefício por Prestação Continuada, entre outras.

A oportunidade pode coincidir com a publicação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que aponta estimativas de contingenciamento ou bloqueio orçamentário necessárias ao cumprimento da meta fiscal estabelecida para cada exercício.

Petrobras redefine seu plano de negócios e consolida o fim da estratégia de desinvestimento

O novo plano de negócios da Petrobras, a ser divulgado, deve redefinir a estratégia da empresa. Entre as questões de agenda importantes estão o equilíbrio entre exploração, produção e refino, de um lado, e o investimento em energias renováveis e descarbonização, de outro. O plano também define os investimentos da Companhia no exterior, que são parte importante dos negócios de qualquer petroleira de porte global.

Essas questões sinalizam em que medida a Petrobras estará revertendo sua estratégia de desinvestimento, adotada para garantir a priorização do pagamento de dividendos, tônica da

gestão da empresa desde 2016, a partir da mudança de gestão provocada pela troca de comando da Companhia, a partir da presidência de Michel Temer. A política de desinvestimento afetou a produção diária de barris e foi responsável direta pela insuficiência na capacidade de refino e pela retração na participação da Companhia no mercado de energias renováveis, em especial, o biodiesel (Morais, 2023, págs. 502, 510 e 524).

Saúde tem novo *round* para reverter a queda da cobertura vacinal desde a pandemia

A substituição da vacina contra a poliomielite de tipo oral pela versão injetável demanda um esforço de comunicação para a orientação social, por parte do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais da pasta, tendo em vista que se trata de um evento propício para a propagação de desinformação, típico do movimento antivacina.

Em seguida, o Brasil recebe a Comissão Regional de Monitoramento e Verificação da Eliminação do Sarampo, da Rubéola e Síndrome da Rubéola Congênita nas Américas para verificar a situação do país em relação a essas duas doenças. No caso do sarampo, o Brasil era considerado país livre do sarampo, mas, a partir de 2016, com a disseminação em massa de desinformação sobre vacinas, a queda na cobertura vacinal e a pandemia, o país passou a ter surtos endêmicos até 2022. Em 2023, o status deixou de ser o de *endêmico* para *pendente de verificação*. A depender dessa verificação da Comissão, o Brasil pode novamente voltar a ser considerado pela OMS como livre do sarampo.

O Supremo Tribunal Federal avança na regulação para proibir a disseminação de conteúdo criminoso nas redes sociais

O Supremo Tribunal Federal julga, a partir do dia 27, três ações relacionadas à responsabilidade dos provedores na remoção de conteúdos com desinformação e discursos de ódio, sem necessidade de ordem judicial. Os ministros relatores Luiz Fux, Edson Fachin e Dias Toffoli liberaram os respectivos processos para análise do plenário. A ação relatada por Toffoli questiona a constitucionalidade de uma regra do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) que exige ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores. O processo de Fux examina se uma empresa que hospeda um site deve fiscalizar e remover conteúdos ofensivos sem que haja ordem judicial expressa. Já a ação de Fachin aborda a legalidade do bloqueio do aplicativo WhatsApp por decisões judiciais. O julgamento toca em uma das questões cruciais da regulação da disseminação de conteúdo nas redes sociais.

ANEXO 1

Medidas provisórias em tramitação.³

Publicada (aguardando início de tramitação):

MPV 1270/2024

Título:

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 87.000.000,00, para o fim que especifica.

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 87.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

1º dia

Prazo de 60 dias

22/12/2024

Prazo de emendas

30/10/2024

Na Coordenação de Comissões Mistas (29 medidas provisórias)

MPV 1269/2024

Título:

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

2º dia

Prazo de 60 dias

21/12/2024

Prazo de emendas

29/10/2024

MPV 1268/2024

Título:

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do M

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

2º dia

Prazo de 60 dias

21/12/2024

Prazo de emendas

29/10/2024

MPV 1267/2024

Título:

Alteração no Pronampe para atender micros e pequenas empresas afetadas pela interrupção no fornecimento de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo

Ementa

Dispõe sobre operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe com beneficiários que tiveram prejuízos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo, no

mês de outubro de 2024.

Dia de tramitação

6º dia

Prazo de 60 dias

17/12/2024

Prazo de emendas

25/10/2024

MPV 1266/2024

Título:

Prorrogação de regime aduaneiro especial para empresas exportadoras do RS

Ementa

Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de drawback, nas modalidades de suspensão e isenção, de que tratam o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e o art. 31 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para pessoas jurídicas beneficiárias de atos concessórios com domicílio no Estado do Rio Grande do Sul e, exclusivamente na modalidade de suspensão, para empresas denominadas fabricantes-intermediários não domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras domiciliadas na referida unidade da federação, para emprego ou consumo na industrialização de produto final destinado à exportação.

Dia de tramitação

10º dia

Prazo de 60 dias

13/12/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1265/2024

Título:

Crédito extraordinário - Ações de proteção e defesa civil no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 383.000.000,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

14º dia

Prazo de 60 dias

09/12/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1264/2024

Título:

Crédito extraordinário - Repatriação de brasileiros residentes em regiões de conflito no Líbano

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 80.401.340,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

14º dia

Prazo de 60 dias

09/12/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1263/2024

Título:

Auxílio emergencial a pescadores artesanais atingidos pela estiagem na Região Norte

Ementa

Institui o Auxílio Extraordinário destinado a pescadoras e pescadores profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro-Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte.

Dia de tramitação

17º dia

Prazo de 60 dias

06/12/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1262/2024

Título:

Tributação mínima sobre lucro de multinacionais por meio de adicional da CSLL

Ementa

Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE, e dá outras providências.

Dia de tramitação

22º dia

Prazo de 60 dias

01/12/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1261/2024

Título:

Altera o prazo de dedução de perdas financeiras de créditos e ativos fiscais diferidos nas instituições financeiras

Ementa

Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dia de tramitação

23º dia

Prazo de 60 dias

30/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1260/2024

Título:

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em atividades relacionadas ao MAPA/INMET, MCTI/Cemadem/INPE, MDA/Incra/Conab e MPOR

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

25º dia

Prazo de 60 dias

28/11/2024

Prazo de emendas: Encerrado

MPV 1259/2024

Título:

Flexibilização das regras para repasse financeiro e importação de equipamentos, softwares e serviços para ações de prevenção e combate aos incêndios

Ementa

Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

Dia de tramitação

35º dia

Prazo de 60 dias

18/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1258/2024

Título:

Crédito Extraordinário - Ações para combate e prevenção dos danos causados pela estiagem e pelos incêndios na Amazônia

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

37º dia

Prazo de 60 dias

16/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1257/2024

Título:

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS: antecipação do pagamento de precatórios e compensação financeira pela perda de arrecadação do ICMS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 5.131.822.721,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

38º dia

Prazo de 60 dias

15/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1256/2024

Título:

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de prevenção de desastres e subvenção de crédito

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 510.000.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

45º dia

Prazo de 60 dias

08/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1255/2024

Título:

Autorização para depreciação acelerada de navios-tanque produzidos no Brasil empregados em cabotagem de petróleo e seus derivados

Ementa

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

Dia de tramitação

59º dia

Prazo de 60 dias

25/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1254/2024

Título:

Crédito Extraordinário - Subvenção de crédito rural para o enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

64º dia

Prazo de 60 dias

20/10/2024

ANEXO 2

Matérias aguardando sanção ou veto presidenciais⁴

PL 3931/2021 (PL 3931/2021, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Altera a Lei nº 13.733, de 16 de novembro de 2018, para instituir o Outubrinho Rosa, a ser realizado no mês de outubro.

Recebimento pela Presidência:

09/10/2024

Prazo para sanção:

29/10/2024

PL 4674/2019 (PL 9470/2018, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Confere ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Atiradores.

Recebimento pela Presidência:

09/10/2024

Prazo para sanção:

29/10/2024

PL 8448/2017 (PLS 444/2015, no Senado Federal)

Ementa:

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica.

Recebimento pela Presidência:

16/10/2024

Prazo para sanção:

05/11/2024

PL 3135/2019 (PL 3135/2019, no Senado Federal)

Ementa:

Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos.

Recebimento pela Presidência:

16/10/2024

Prazo para sanção:

05/11/2024

PL 1039/2020 (PL 1039/2020, no Senado Federal)

Ementa:

Concede ao Município de Irineópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Trator.

Recebimento pela Presidência:

17/10/2024

Prazo para sanção:

06/11/2024

PL 2012/2019 (PL 2012/2019, no Senado Federal)

Ementa:

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Recebimento pela Presidência:

17/10/2024

Prazo para sanção:

06/11/2024

PL 2504/2022 (PL 2504/2022, no Senado Federal)

Ementa:

Institui o Dia Nacional do Artista Vidreiro.

Recebimento pela Presidência:

17/10/2024

Prazo para sanção: 06/11/2024

PL 5010/2013 (PLS 73/2007, no Senado Federal)

Ementa:

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Recebimento pela Presidência:

23/10/2024

Prazo para sanção: 12/11/2024

PL 454/2022 (Emenda-CD) (PL 454/2022, no Senado Federal)

Ementa:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Recebimento pela Presidência:

23/10/2024

Prazo para sanção:

12/11/2024

ANEXO 3

QUADRO 1

Calendário de audiências públicas na CCJ para a discussão da Regulamentação da Reforma Tributária.

04/11	Impacto na saúde: serviços, planos individuais e coletivos, medicamentos, dispositivos médicos e dispositivos para pessoas com deficiência.
05/11	Regimes específicos para serviços financeiros.
06/11	Demais regimes específicos.
07/11	Infraestrutura, energia, telecomunicações e setor imobiliário.
11/11	Simples nacional e Zona Franca de Manaus.
12/11	Imposto seletivo.
13/11	Fundo de compensação de benefícios fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional.
14/11	Regras de transição, fiscalização e avaliação quinquenal.

Fonte: BRASIL, 2024c.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Medidas Provisórias em tramitação**. Brasília: Congresso Nacional, 2024a. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias>. Acesso em 26 Nov. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Matérias aguardando sanção**. Brasília: Congresso Nacional, 2024b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-aguardando-sancao> Acesso em 26 Nov. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **CCJ aprova plano de trabalho para regulamentação da reforma tributária**. Brasília: Senado Federal, 2024c. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/23/ccj-aprova-plano-de-trabalho-para-regulamentacao-da-reforma-tributaria> Acesso em 26 Nov. 2024.

LASSANCE, Antonio. **Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais?** Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2024a. Texto para Discussão n° 3011 (publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=51606ede-f64f-4e69-8422-db64ef4628da>

LASSANCE, Antonio. **Calendário político-institucional do estado brasileiro**: 2024. Brasília, DF: Ipea, out. 2024b. 74 p. (Texto para Discussão, n. 3012). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14033/6/TD_3012_web.pdf

LASSANCE, Antonio. **Calendário político-institucional do estado brasileiro 2024**. Brasília: Ipea, 2024c. Texto para Discussão n° 3012 (publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=c5ea25bd-c8fd-42f2-a5d5-d7cecaecc6f1>

LASSANCE, Antonio. **Agenda político-institucional do Estado brasileiro**: uma visão antecipada do mês de setembro de 2024. (Nota Técnica n° 72) Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=5722df7a-2645-475f-adea-2675c806f30b>

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas**: uma história da evolução tecnológica da Petrobras na exploração e produção no mar. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12300/1/Petroleo_em_aguas_profundas_2ed.pdf